

## Pregão pode ser obrigatório em obras de até R\$ 3,4 milhões

CAE acolhe proposta de Eduardo Suplicy que amplia uso de modalidade eletrônica nas licitações governamentais. Sistema visa evitar superfaturamento de contratos

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu ontem projeto que determina o uso obrigatório do pregão eletrônico para serviços e obras de engenharia e aquisição de bens e serviços gerais em contratos de até R\$ 3,4 milhões. Acima desse valor, a utilização do sistema será facultativa. O projeto vai ao exame do Plenário com pedido de urgência e, mantidas as alterações aprovadas na CAE, retorna ao exame da Câmara. A CAE acolheu ainda projeto que prevê direito de renúncia à aposentadoria do Regime Geral da Previdência. **Página 3**



Eduardo Suplicy (D) modificou o projeto do Executivo, que agora será examinado pelo Plenário

## Projeto incentiva denúncia contra exploração infantil

Os frequentadores de estabelecimentos públicos deverão ser obrigatoriamente informados sobre como denunciar a exploração de crianças e adolescentes. Isso é o que determina projeto aprovado ontem, em primeiro turno, pelo Plenário do Senado. A proposta também obriga a exposição de texto com os dizeres: “Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes. Denuncie já!”. Outro projeto acolhido fixa novas regras para a guarda compartilhada de filhos menores, no caso de separação judicial do casal ou divórcio. Os senadores votaram ainda diversos acordos internacionais. **Página 5**

J. Freitas

## Maciel: será de 30 dias o prazo para votar CPMF na comissão

O presidente da CCJ, Marco Maciel, esclareceu que termina em 9 de novembro o prazo de exame, pela comissão, da proposta que prorroga a CPMF. Aprovado, o relatório seguirá ao Plenário, podendo receber emendas, que, se acatadas,

implicarão o retorno da proposta à CCJ. O presidente interino do Senado, Tião Viana, recomendou que “os ministros do governo corram para o Senado” a fim de discutir a prorrogação. O PSDB impôs condições para negociar. **Página 4**



Maciel, ao lado de Kátia Abreu: relatora usará prazo para argumentar contra CPMF

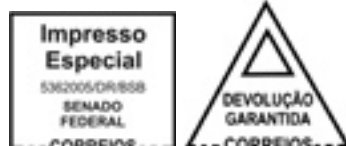
## Oportunidade no mercado de carbono

Especialistas afirmaram que a falta de conhecimento sobre as oportunidades do mercado de carbono impede maior participação do Brasil no comércio de créditos gerados pela redução da emissão de gases. **Página 4**

## CPI das ONGs aprova plano de trabalho

A CPI criada para apurar denúncias de irregularidades no uso de recursos públicos por organizações não-governamentais definiu o plano de trabalho que norteará as investigações nos próximos 180 dias. **Página 5**

Márcia Kalume



## Mesa suspende e arquiva duas representações contra senadores

Os senadores que integram a Mesa decidiram ontem suspender temporariamente uma representação encaminhada pelo PSOL contra o senador Renan Calheiros por suposta quebra de decoro parlamentar. Também arquivaram representação

do mesmo partido contra Eduardo Azeredo. A Mesa ainda aprovou modificação, que depende do exame do Plenário, determinando o envio de representações diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Página 5**



Tião Viana (D): representações poderão ser encaminhadas diretamente ao conselho

José Cruz

Presidente interino recebe da OAB proposta de reforma política. Senadores também o visitam para discutir o projeto que criminaliza a discriminação a homossexuais

## Tião Viana defende maior transparência no Senado

“Não é bom que o Senado tenha corredores escuros”, afirmou ontem o presidente interino da Casa, Tião Viana, após reunião em que submeteu à Mesa diretora a idéia de ampliar a visibilidade da instituição.

Indagado se pretende “abrir a caixa-preta das contas do Senado”, o presidente disse que, por sugestão dele, os integrantes da Mesa diretora examinaram a tese de tornar públicas as verbas indenizatórias recebidas pelos parlamentares, assim como os pedidos de licença por eles apresentados.



Tião Viana é favorável à divulgação dos valores das verbas indenizatórias

– Foi examinada a tese de tornar pública, ou seja, ir para a internet, o que são as verbas indenizatórias, mas não houve a

concordância da maioria da Mesa, e o assunto ficou de ser tratado com os líderes partidários.

Ao ser interrogado se levaria a idéia adiante, ele disse que sim.

– Ao mesmo tempo foi decidido que licença de parlamentar tem de ser publicada no **Jornal do Senado** ou no *Diário do Congresso*. É importante dar transparência à verba indenizatória, à licença de senadores. Se não tiver “corredor escuro” na Casa, vamos ficar mais seguros. Se for tudo aberto, não pode haver dossiês. Mas os senadores não concordaram: isso expõe demais a Casa.

### OAB entrega ao presidente proposta de reforma política

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, entregou ao presidente interino do Senado, Tião Viana, proposta de reforma política. O documento defende a fidelidade partidária, limitações ao financiamento de campanhas eleitorais, o *recall* de detentores de mandato, redução dos mandatos de senadores para quatro anos e fim da figura do suplente de senador.

Viana também recebeu trabalhadores da construção civil, que pediram a aprovação de projetos de interesse da categoria. Uma das propostas obriga as empresas de construção a fornecerem café da manhã aos funcionários.

### Projeto sobre homossexuais recebe crítica e apoio

Proposta que torna crime a discriminação a homossexuais pode ser examinada hoje pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Senadores que apóiam ou que rejeitam o projeto (PLC 122/06) estiveram com o presidente do Senado, Tião Viana, que os recebeu separadamente. Cada grupo apresentou suas argumentações.

Contra o projeto, o senador Magno Malta (PR-ES) levou parlamentares e líderes da Frente da Família. A senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto na comissão, levou a Tião Viana o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis.

### CORREÇÃO

A foto publicada na 1ª página da edição de ontem refere-se à ao encontro do reitor da Pontifícia Universidade Católica do

Rio Grande do Sul (PUC-RS), Joaquim Clotet, com o presidente interino do Senado, Tião Viana. Também participaram da audiência o senador Pedro

Simon (PMDB-RS), deputados e pró-reitores, que conversaram sobre o papel das universidades no desenvolvimento econômico e social do país.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Estatuto da Criança e do Adolescente em pauta

O Plenário reúne-se hoje, às 14h, para sessão deliberativa. O primeiro item da pauta a ser analisado é o projeto de lei da Câmara que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que torne legal a averiguação de testemunhas e produção antecipada de provas quando se tratar de crimes contra crianças e adolescentes.

### Comissão debate flexibilização da Voz do Brasil

Às 9h, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza audiência pública para discutir alternativas de flexibilização do programa *Voz do Brasil*, que há 75 anos divulga as atividades dos Três Poderes, espe-

cialmente do Executivo. O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin de Souza Martins, está entre os convidados para participar do debate.

### Projeto sobre discriminação contra homossexuais

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se, às 9h, para analisar o projeto que torna crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais, definindo punições para diversas práticas consideradas discriminatórias.

Logo após, em audiência pública, a CDH debate questões relativas ao exercício da cidadania por meio da iniciativa de leis. Em seguida, o colegiado vota emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011.

### Regimento interno do Conselho de Ética na CCJ

Às 10h, a Comissão de Justiça (CCJ) examina o substitutivo ao projeto que cria o regimento interno do Conselho de Ética do Senado e indicações de juízes para o Tribunal

Superior do Trabalho. No mesmo horário, a Comissão de Agricultura (CRA) debate a recriação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater).

### Comissão de Educação debate evasão escolar

A Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública, às 10h, para debater informações veiculadas pela mídia sobre o aumento da evasão escolar. Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-

se para votar emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011. Logo em seguida, analisa projeto que aumenta em dois meses a licença-maternidade às mães de gêmeos e outros casos.

### Relatório final da CPI do Apagão Aéreo

A CPI do Apagão Aéreo reúne-se, às 10h30, para a apresentação do relatório final elaborado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO). Às 14h30, é a vez da Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisar atas, requerimentos e relatórios.

### Emendas de comissões ao PPA

As comissões de Infra-Estrutura (CI), de Relações Exteriores (CRE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúnem-se, respectivamente, às 11h, às 14h e às 15h, para votar emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Virgínia Galvez

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Papaléo Paes, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, César Borges e Mão Santa



J. Freitas



Cristovam Buarque (D), relator da proposta e presidente da Comissão de Educação

## Incentivo à construção de salas de cinema em pequenos municípios

Os patrocínios e as doações destinados à construção e manutenção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes serão beneficiados pelos incentivos fiscais estabelecidos na Lei Rouanet, de estímulo à cultura. As emendas da Câmara ao projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que permite o benefício, foram aprovadas ontem pela Comissão de Educação (CE) e agora seguem ao Plenário.

O relator da proposta (PLS 298/04), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), acolheu as emendas, que se destinam principalmente a garantir o acesso às

salas de exibição. Os incentivos criados “somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais dele resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso”. Fica proibida a concessão de incentivo a circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.

A comissão acolheu ainda oito projetos em decisão terminativa e requerimentos que determinam a realização de audiências públicas sobre prevenção da violência contra a criança e o programa Educação para a Nova Indústria.

## Homenagem a Antonio Carlos Magalhães

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o Projeto de Resolução do Senado 42/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), que dá ao auditório do edifício-sede do Programa Interlegis o nome de Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães.

A iniciativa tem como objetivo homenagear Antonio Carlos Magalhães, falecido em julho deste ano.

O parlamentar foi um dos grandes incentivadores da criação do Interlegis quando presidiu o Senado.

## Mercosul e direitos humanos

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou ontem a realização, em data ainda a ser definida, do seminário O Parlamento do Mercosul e os Direitos Hu-

manos. Também foi acolhido pela representação o texto do Acordo sobre Complementação Energética Regional entre os Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados.

Substitutivo de Suplicy a projeto do Executivo é acatado com emendas na CAE e segue agora para exame do Plenário, com pedido de urgência. Mantidas as alterações, poderá voltar para a Câmara

# Comissão aprova pregão eletrônico para obras de até R\$ 3,4 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a projeto do Executivo que amplia a utilização do pregão eletrônico nas licitações governamentais. A versão acolhida determina o uso obrigatório do pregão para serviços e obras de engenharia do tipo técnica e preço e ainda para aquisição de bens e serviços gerais, em contratos de até R\$ 3,4 milhões.

Acima desse valor, o substitutivo prevê que o uso do pregão eletrônico será facultativo, cabendo a cada órgão da administração pública definir se adota ou não esse sistema de seleção de fornecedores, considerado mais ágil e eficaz contra combinações com vistas ao superfaturamento dos contratos.

O PLC 32/07 agora vai a Plenário, com pedido de urgência. Em seguida, mantidas as alterações do Senado, a proposta deve retornar à Câmara. Foram aproveitadas 27 das 48 emendas que haviam sido



Mercadante (E), presidente da CAE, que acolheu ampliação do uso da modalidade

apresentadas ao texto, e duas modificações importantes foram realizadas no relatório de Suplicy.

Emenda de Francisco Dornelles (PP-RJ) acatada por Suplicy inverte o processo nos pregões via internet, ao estabelecer que a abertura dos envelopes referentes às qualificações técnica e econômica dos candidatos será feita no primeiro momento, seguida pela abertura das propostas de preços e terminando com o exame da documentação jurídica do vencedor.

A segunda alteração tornou mais

flexível a regra, também aplicada aos pregões eletrônicos para obras e serviços de engenharia, que fixa como condição para participação nos certames a presença da empresa em cadastro unificado de fornecedores. As empresas podem requisitar seu registro nesse cadastro até 24 horas antes do pregão.

Outra emenda acatada por Suplicy determina que os extratos dos editais sejam publicados em jornais regionais. O substitutivo acolhido na Câmara permitia que a divulgação fosse apenas por meio da internet.

## Projeto prevê direito de renúncia à aposentadoria

Parecer favorável a projeto que reconhece o direito de renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator-substituto da matéria (PLC 78/06), explicou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vem negando atender a requerimentos de segurados que desejam se habilitar a outro benefício do mesmo regime ou de outro

sistema previdenciário, com base no argumento de que a aposentadoria representa um ato jurídico perfeito. Como tal, já tendo sido concretizada, não pode mais ter seus efeitos dissolvidos.

O senador observou, no entanto, que esse não tem sido o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como do Poder Judiciário, com muitos julgamentos favoráveis aos segurados.

Ao contrário do INSS, nessas duas esferas vem prevalecendo a

avaliação de que a renúncia constitui um ato unilateral, em que o direito adquirido e o ato jurídico perfeito representam garantias do detentor do benefício e não do poder público. Para sanar a controvérsia, observou Valadares, a questão está exigindo definitiva regulamentação.

O projeto, que também já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), agora segue para votação em Plenário.

## Projeto sobre viagens de ônibus recebe críticas em audiência

Representantes do governo e das empresas de transporte apresentaram críticas ao projeto que garante aos passageiros de ônibus uma série de direitos nas viagens intermunicipais, interestaduais e internacionais.

A proposta (PLC 51/07) foi debatida em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), e que ouviu representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da

Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) e dos ministérios dos Transportes e do Turismo, buscando oferecer subsídios ao relatório a ser elaborado por Expedito Júnior (PR-RO).

O projeto prevê, entre outras medidas, validade de um ano para os bilhetes de passagem, a partir da emissão, sendo que data e horário da viagem poderão ser remarcados. Também determina

que “as empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros deverão operar com um sistema de proteção à viagem”.

Ao final da audiência, o presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), sugeriu ao relator a elaboração de um novo substitutivo, considerando “a necessidade de aprimorar o texto, que tem mais de dez anos (foi apresentado em 1995), e os interesses dos passageiros”.



Marconi (3º à direita) preside debate na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

J. Freitas

José Cruz



Proposta de manter o imposto deve ficar até 9 de novembro na CCJ. A partir daí, dois turnos de discussão e votação em Plenário. Mudanças implicam volta à comissão por 30 dias

## Marco Maciel detalha tramitação da proposta que prorroga a CPMF

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), esclareceu ontem que será de 30 dias corridos o prazo de tramitação na comissão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a CPMF até 31 de dezembro de 2011. Iniciado no dia 11 de outubro, com o envio da PEC pela Mesa à CCJ, o prazo termina no dia 9 de novembro – quando se encerram audiências públicas e apresentação de emendas. Aprovado, o relatório seguirá ao Plenário para leitura e publicação, sendo incluído na pauta cinco dias após publicado no *Diário do Senado Federal*. No Plenário, o parecer será discutido em cinco sessões e poderá receber emendas com apoio de 27 senadores.

A aprovação de emendas de



Marco Maciel, ao lado da relatora Kátia Abreu, informa quais são os prazos regimentais

Plenário implicará retorno à CCJ e abertura de novo prazo de 30 dias corridos. Na volta ao Plenário, haverá ainda intervalo de, no mínimo, cinco dias úteis entre o 1º e o 2º turnos de discussão e votação.

A relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), disse que esse período servirá para argumentar contra o tributo.

– Vou utilizar o prazo para convencer os colegas de que o nosso relatório é o mais adequado para o país – afirmou.

## “Corram para o Senado”, sugere Tião Viana a ministros

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recomendou que os “ministros do governo corram para o Senado” para negociar a prorrogação da CPMF. Caso contrário, alertou, há risco de a contribuição ser extinta.

– A verdade é que a base do governo só tem 43 votos a favor,

quando a prorrogação precisa de 49 votos. O governo está atrasado nessa negociação com as oposições. O meu papel será arbitrar as negociações – disse.

Tião Viana observou ainda que vê uma parte das oposições aberta ao diálogo, mesmo porque, afirmou ele, essa arrecadação do

tributo interessa não apenas à União, mas também aos estados.

Uma redução progressiva da alíquota do imposto e a destinação de todos os recursos arrecadados à área de saúde, como foi a intenção do governo ao criar a CPMF – se isso for possível, “será um grande avanço”, comentou.



Audiência pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas reúne especialistas

## Participação no mercado de carbono está limitada por falta de informação

A falta de conhecimento sobre as oportunidades do mercado de carbono impede uma maior participação do Brasil no comércio internacional de créditos gerados pela redução da emissão de gases do efeito estufa. A opinião é de especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Para o coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas,

Virgílio Horácio Gibbon, os bons resultados do leilão de créditos de carbono realizado em setembro pela Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F) deverá atrair novas oportunidades de negócios.

A comissão aprovou requerimentos de audiências públicas sobre mudanças climáticas e sustentabilidade e para discutir os efeitos do aquecimento sobre o Pantanal e buscar modelos alternativos para o desenvolvimento da região.

## Comissão irá debater andamento de obra no Tocantins

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para a realização de audiência pública destinada a ouvir o técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) Ricardo Eustáquio a respeito do projeto e das obras da represa do Lageado (TO). Quintanilha disse que a represa e a hidrelétrica do Lageado é o mais importante empreendimento em andamento no estado e foi objeto de extensa investigação do TCU, cujas conclusões os membros da comissão precisam conhecer.

A CMA acolheu ainda cinco emendas ao Plano Plurianual, para o período 2008-2011.

## Prazo para apresentação de emendas ao Orçamento foi estendido até hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) estendeu até hoje o prazo para parlamentares apresentarem emendas ao parecer preliminar ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008. O prazo terminaria ontem.



Manoel Junior (E) e José Maranhão em reunião da CMO

O relatório preliminar à LOA de 2008, de autoria do deputado José Pimentel (PT-CE), reserva R\$ 11,59 bilhões para as emendas parlamentares. De acordo com o parecer, cada senador ou deputado poderá apresentar até 25 emendas, no valor global de R\$ 6 milhões, o mesmo do ano passado. Isso equivale a R\$ 3,56 bilhões. Foram reservados ainda R\$ 8,03 bilhões para as emendas coletivas e para a dos relatores; R\$ 2 bilhões para as bancadas estaduais; R\$ 4,42 bilhões para os relatores setoriais; e R\$ 1,6 bilhão para o relator-geral.

### Créditos suplementares

A CMO aprovou também, na reunião de ontem, seis projetos que concedem créditos suplementares, no valor total de R\$ 636 milhões,

para vários ministérios.

Aos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura e da Educação foi destinada verba de R\$ 233 milhões, que servirá para a implantação da linha de fabricação de motores de propulsão para navios de grande porte e pagamentos de despesas do ensino superior e dos hospitais de ensino federais.

Já os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social foram contemplados com créditos suplementares da ordem de R\$ 306 milhões. Os recursos destinam-se, entre outras finalidades, à operacionalização do cadastro único do programa Bolsa Família, ao repasse de verbas para municípios e à complementação de ações do Programa de Acesso à Alimentação.

## Evento reúne assessores do Confea

O seminário sobre Assessoramento Legislativo do Sistema Confea/Crea foi aberto ontem, no Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB). O evento tem como objetivo treinar e capacitar assessores do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) em temas ligados à atividade parlamentar. O seminário é realizado em parceria com o ILB, a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).

A solenidade contou com a participação do 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB); do presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo; da diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi; e da vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Em seu discurso, Efraim, que é engenheiro civil, destacou a importância de se discutir assuntos de interesse da engenharia no âmbito legislativo.



“Não me preocupe se os envolvidos eram de um ou outro governo”, diz Demostenes

## Demostenes garante isenção em relatório final

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres (DEM-GO), garantiu que as conclusões do relatório final, a ser apresentado hoje, a partir das 13h, serão imparciais, baseando-se apenas em provas recolhidas durante as investigações.

– Foi um processo técnico. Não me preocupe se os envolvidos eram de um ou outro governo – declarou.

O senador adiantou que nenhuma incriminação deverá ser feita, no texto final da comissão, ao ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), brigadeiro José Carlos Pereira, e nem ao atual presidente da estatal, Sérgio Gaudenzi.



Mesa decide arquivar documento contra Azeredo e aguardar que Conselho de Ética julgue outros processos contra presidente licenciado

## Representação contra Renan é suspensa

### Senador entrega defesa prévia

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), encaminhará hoje a Jefferson Péres (PDT-AM), por meio de um advogado, sua defesa prévia no processo em que é acusado de se associar ao usineiro João Lyra para comprar clandestinamente um jornal e uma emissora de rádio em Alagoas. Jefferson é o relator da terceira representação contra Renan no Conselho de Ética.

Os membros da Mesa do Senado decidiram suspender temporariamente uma representação encaminhada pelo PSOL contra o presidente licenciado da Casa, Renan Calheiros, e arquivar outra, contra Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O presidente interino, Tião Viana, informou que também foi aprovada uma modificação no Código de Ética determinando que as futuras representações por quebra de decoro contra senador sejam encaminhadas diretamente ao conselho, sem a necessidade de passarem pela Mesa.

Quanto à representação sobre denúncia de que Renan



Tião Viana (C) preside reunião, que arquivou documento contra Azeredo

teria apresentado emenda ao Orçamento para favorecer uma empresa-fantasma, Alvaro Dias (PSDB-PR) explicou que a suspensão será até que o conselho vote os outros quatro processos que Renan enfrenta, “levando em conta a necessidade

de agilizar o andamento dessas representações”.

#### Azeredo

A decisão de arquivar o processo contra Azeredo foi unânime. O PSOL pedia apuração de denúncias de que o senador teria recebido recursos ilegais do su-

posto “mensalão mineiro”, durante sua campanha para a reeleição ao governo de Minas Gerais em 1998.

A Mesa considerou que processo semelhante contra Azeredo foi arquivado pelo conselho no ano passado porque as acusações são anteriores à posse do político no Senado. Em nota à imprensa, Azeredo criticou o PSOL por ter apresentado a representação e afirmou que, “na época, houve o entendimento de que as questões são anteriores ao meu mandato de senador. Além disso, compreendeu-se que não tive responsabilidade nos eventuais problemas daquela campanha”.



Raimundo Colombo (E) e Inácio Arruda apresentam plano de trabalho

### CPI das ONGs investigará repasses de fundos de pensão

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar denúncias de irregularidades no uso de recursos públicos por organizações não-governamentais (ONGs) e por organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips) – a CPI das ONGs – aprovou ontem o plano de trabalho que norteará as investigações do colegiado pelos próximos 180 dias.

O presidente do colegiado, Raimundo Colombo (DEM-SC), chegou a admitir que a CPI ainda poderá investigar repasses feitos por fundos de pensão a ONGs. Heráclito Fortes (DEM-PI), autor do requerimento de criação da CPI, disse que seria importante apurar o repasse de recursos a ONGs pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme requereu Alvaro Dias (PSDB-PR).

Por precaução e para não sair do objeto de atuação da CPI, Lúcia Vânia (PSDB-GO) solicitou ao presidente

Raimundo Colombo a definição clara dos limites de atuação legal da comissão.

O plano de trabalho, elaborado pelo relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), e por Raimundo Colombo centrará as investigações na avaliação das relações Estado/ONGs; no mapeamento da transferência de recursos do Orçamento da União para entidades privadas sem fins lucrativos de 1999 a 2006; na investigação de denúncias ou de evidências de fraudes, desvios e irregularidades nas parcerias Estado-ONGs; na avaliação dos procedimentos de destinação e fiscalização dos recursos repassados; no aprimoramento do marco legal que regula a relação Estado/ONGs; na renúncia fiscal derivada da destinação de recursos privados para entidades sem fins lucrativos e isenções tributárias por elas usufruídas; e no exame de recursos externos recebidos por ONGs atuantes no país.

### Locais públicos deverão expor cartaz com incentivo a denúncia de exploração sexual

Os frequentadores de estabelecimentos públicos deverão ser obrigatoriamente informados sobre como realizar uma denúncia contra a exploração de crianças e adolescentes. Em primeiro turno, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 33/07) que obriga a exposição de texto com os seguintes dizeres: “Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes. Denuncie

já!”. Após 48 horas, o PLC poderá ser votado em segundo turno.

O anúncio deverá ser afixado em local de fácil visualização e estar escrito em português, inglês e espanhol. Conterá também os telefones pelos quais fazer as denúncias.

Além de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, hotéis, motéis, pousadas e outros serviços de hospedagem, a afixação também

é obrigatória nas casas noturnas de qualquer natureza, clubes sociais, associações recreativas e desportivas, salões de beleza, agências de modelo, casas de massagem, saunas, academias de dança, ginástica e atividades físicas correlatas, postos de gasolina e demais locais de acesso público junto a rodovias. O descumprimento da lei sujeita ao pagamento de multa de dez a 50 salários de referência.

### Mudança em regras para guarda compartilhada

O Plenário aprovou ontem substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) ao projeto que dispõe sobre a guarda compartilhada de filhos menores, no caso de separação judicial do casal ou divórcio. Por ter sido modificada no Senado, a matéria (PLC 58/06) volta à Câmara, onde foi apresentada pelo então deputado Tilden Santiago.

A guarda compartilhada é introduzida na legislação ordinária (Código Civil) como um instrumento de co-responsabilização dos pais sobre os direitos e deveres que envolvem a criação e o bem-estar dos filhos e pode ser decidida pelo juiz.

### Acolhidos textos de acordos internacionais

Os senadores acolheram ontem doze textos de tratados e acordos internacionais, apreciados como itens extra-pauta do Plenário. Também foi decidido, em votação simbólica no Plenário, enviar para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei da Câmara (PLC 35/07) que estabelece condições especiais no processo de inquirição e produção antecipada de prova para as vítimas e testemunhas de crimes contra os costumes e a liberdade sexual. A proposta acrescenta novos dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

### Voto secreto e cláusula de barreira na pauta

Foi transferida para hoje a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, das três propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem o fim do voto secreto nas votações do Congresso Nacional. Também há acordo para se votar hoje a chamada cláusula de barreira (PEC 2/07), que autoriza distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Se aprovadas, as PECs ainda precisarão, após intervalo de cinco sessões de discussão, ser apreciadas em segundo turno, antes de serem enviadas à Câmara.

### Jucá quer reduzir gastos com pessoal

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que apresentará, juntamente com Roseana Sarney (PMDB-MA) e Valdir Raupp (PMDB-RO), projeto para aumentar em um ponto percentual (de 1,5% para 2,5%) o índice de redução obrigatória de gastos dos três Poderes com pessoal, de um ano para outro.

Segundo o senador, a limitação da despesa vai auxiliar no controle dos gastos primários correntes do governo.

### Malta: recursos para recuperar drogados

Magno Malta (PR-ES) apresentou ontem em Plenário um rapaz chamado Adriano, que, segundo afirmou, foi entregue aos seus cuidados por uma mãe carente de recursos, para evitar que fosse preso por tráfico de drogas. O senador, que dirige uma instituição religiosa que abriga crianças drogadas e promove sua recuperação, fazia discurso ressaltando a importância da atenção do Estado para o problema.

### Augusto pede bons salários para professores

Augusto Botelho (PT-RR) manifestou-se ontem em favor de uma melhor remuneração para os professores brasileiros. A inspiração para o seu discurso partiu do artigo “Bom salário faz diferença”, do diretor-executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), Jorge Werthein, publicado pelo jornal *O Globo*, em que o autor fala em sintonizar a melhoria salarial da categoria com avanços na profissionalização.



Fotos: Leopoldo Silva



Raupp diz esperar que não ocorra atraso no cronograma das obras

## Raupp reclama de novo adiamento do leilão de usinas

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou ontem o novo adiamento do prazo do leilão das usinas de Jirau e Santo Antônio do rio Madeira, no Amazonas. O leilão foi remarcado para 10 de dezembro.

O senador lembrou que esse já é o terceiro adiamento do leilão. Ele manifestou a sua expectativa de que o leilão realmente ocorra na data marcada e que não ocorra nenhum atraso no cronograma das obras.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) elogiou a regularidade com que Raupp se dirige à tribuna para cobrar do governo a realização do leilão.

## Cristovam defende piso nacional para professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a criação de um piso nacional para os professores. Ele lembrou proposta de sua autoria nesse sentido, aprovada e enviada à Câmara. Proposta semelhante originária do Executivo também tramita naquela Casa e deve chegar ao Senado brevemente.

O senador destacou que os salários dos professores, menores que os de outras carreiras do funcionalismo federal, afastam os melhores quadros. A desigualdade entre os salários em cada estado, frisou, são enormes.



Cristovam: salários são menores que os de outras carreiras

Líder do PSDB diz que partido só negociará votação da CPMF se a renovação for por prazo exíguo, a tarifa for reduzida e mais recursos forem destinados à saúde, entre outras exigências

# Virgílio impõe condições ao governo para discutir prorrogação de tributo

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou as condições impostas por seu partido para discutir com o governo a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Entre as exigências estão a renovação da contribuição por prazo exíguo; a redução da alíquota da CPMF a um percentual menor que 0,38%; a redução em 0,2% ao ano dos gastos correntes do governo; destinação de mais recursos à saúde; a desoneração de tributos; mais submissão da União à Lei de Responsabilidade



Arthur Virgílio critica aumento de gastos correntes pelo governo

Fiscal; e a aprovação de uma efetiva reforma tributária no prazo de vigência da contribuição.

O senador criticou o go-

verno por pedir a prorrogação da CPMF – que, pela proposta atual, garantiria uma arrecadação em 2008 de R\$ 40 bilhões –, enquanto continua a aumentar os seus gastos correntes a uma taxa de 9% ao ano.

– Uma crise fiscal está sendo plantada pelo governo e é bom que se denuncie isso – alertou.

Ao confirmar que a bancada do PSDB deve conversar amanhã com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, Virgílio adiantou que um dos pontos do encontro deve se cingir, por exemplo, ao aumento de investimen-

tos na área da saúde.

O líder tucano ainda elogiou a postura assumida recentemente pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, por ter assumido publicamente que o país está enfrentando uma epidemia de dengue.

O senador Arthur Virgílio foi apartado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Marconi Perillo (PSDB-GO), João Pedro (PT-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

## Agripino confirma voto contrário de sua bancada à CPMF

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), reafirmou o voto contrário de sua bancada à PEC que prorroga a CPMF até 2011. A rejeição seria uma resposta a suposto descumprimento de promessas de desoneração e simplificação do sistema tributário assumidas pelo governo Lula.

De acordo com Agripino,

o governo Lula, no final de 2003, teria se comprometido a fixar cinco alíquotas para o ICMS; a criar o Fundo de Desenvolvimento Regional; a criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), unificando impostos; e a constitucionalizar o Fundo de Compensação das Exportações.

As negociações em torno

desses pontos transcorreram durante a votação da Emenda Constitucional 42/03, que prorrogou a CPMF na alíquota de 0,38% até 31 de dezembro de 2007. O problema é que o governo, disse Agripino, se preocupou apenas em manter a CPMF, deixando em banho-maria os outros itens acordados com a oposição.



Agripino afirma que governo não cumpriu acordo feito em 2003



Jefferson Péres acusa críticos do PDT de “fascistóides”

## Jefferson Péres quer respeito à posição do PDT

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) chamou de “fascistóides” os parlamentares que criticam o PDT por ter fechado questão no apoio à emenda constitucional que prorroga a CPMF, desde que o governo concorde em reduzir gradualmente a alíquota de 0,38%.

– Respeitem a opinião alheia. Se nos xingam porque não sabem respeitar opiniões divergentes, vocês são tudo, menos democratas – disse.

A intenção do PDT não é simplesmente apoiar a prorrogação, mas exigir, além da redução da alíquota,

a discussão sobre uma reforma tributária mais ampla e sobre a necessidade de cortar os gastos correntes.

Em seguida, o senador Osmar Dias (PDT-PR) desmentiu que teria chamado o presidente do partido, ministro Carlos Lupi (Trabalho), de “autoritário”.

## Alvaro Dias: governo acena, mas não muda imposto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou ontem sua descrença quanto à possibilidade de o governo Lula reduzir a carga tributária ou mesmo submeter ao Congresso “uma reforma tributária competente”.

– A preocupação do PSDB é a de discutir com liberdade o assunto, mas o

objetivo é acabar com essa contribuição – declarou.

Para o senador, o governo acena com redução de impostos e reforma tributária apenas para negociar com a oposição a prorrogação da CPMF até 2011.

O próprio vice-presidente da República, José Alencar, teria reiterado

em visita ao Senado que o Executivo manterá o dispositivo que prorroga o imposto por mais quatro anos, argumentou Alvaro. Para o senador, o máximo aceitável seria prorrogar a CPMF por um ano, com a apresentação de um projeto de reforma tributária reduzindo impostos.



Alvaro Dias diz que PSDB quer liberdade para discutir CPMF



Brasil vive uma mentira com a CPMF, afirma Mão Santa

## Mão Santa: saúde no país está desmantelada

Para Mão Santa (PMDB-PI), o país vive uma mentira sob a vigência da CPMF, porque o tributo não é provisório (como diz seu nome), nem é destinado integralmente à saúde (como previsto originalmente), “e tampouco consegue resolver o caos instalado no setor”.

– Nunca antes a saúde esteve tão desmantelada – disse o senador, citando matérias publicadas pelo jornal *O Globo* sobre descasos com o setor, e declarações do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, alertando para uma provável epidemia de um novo tipo de dengue, ainda raro no Brasil: o quatro.



Camata lê cartas de apoio à ação da Polícia Civil em favelas

## Camata apóia política de combate ao tráfico no Rio

A política de combate à violência e ao tráfico de drogas do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), foi defendida por Gerson Camata (PMDB-ES).

O senador leu cartas publicadas no jornal *O Globo*, em que os leitores criticaram as declarações do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do estado (OAB-RJ), Wadih Damous, de repúdio à ação da Polícia Civil nas favelas da Coréia e do Taquaral, realizada na última semana, que resultou na morte de uma criança, um policial e dez supostos traficantes.





Entre desagrvos contra as críticas ao guerrilheiro e análises sobre o significado do mito, discursos exaltam coragem e desprendimento de Che

## Senadores celebram a memória de Ernesto Che Guevara

Com a presença do embaixador de Cuba, Pedro Juan Núñez Mosquera; do presidente da Associação dos Cubanos Residentes no Brasil, Tisso Saenzi; e de deputados federais, o Senado homenageou ontem o guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana. A sessão especial

foi aberta pelo presidente interino da Casa, Tião Viana, que destacou a dimensão da memória de Che. A homenagem foi realizada por requerimento do senador José Nery, na passagem dos 40 anos da morte do líder revolucionário, na selva boliviana. Estudantes, líderes sindicais e militantes de movimentos sociais assistiram à homenagem.



José Nery, à tribuna, afirmou que o guerrilheiro argentino encanta, com sua história, a juventude e os povos de todo o mundo

Célio Azevedo

### TIÃO VIANA

O presidente interino do Senado, Tião Viana, disse que os sonhos e ideais de Che Guevara vão além dos pôsteres, camisetas e adereços que estampam sua imagem pelo mundo. “Che vive no

inconformismo e na vontade de mudança por um mundo melhor e mais justo”, afirmou Viana, para quem o legado da vida do líder guerrilheiro “é a possibilidade, sempre presente, de mudarmos o mundo”.

E definiu como ímpar a ação humanitária e médica de Che, sobretudo na luta em favor dos hansenianos. O senador destacou que Che tinha sincera preocupação com o próximo. “A transformação do homem em mito exige mais

do que a mera passagem do tempo”, frisou, ressaltando o destemor, a sensibilidade social, a visão de mundo, a ousadia, as realizações e o espírito de mudança de Che, “verdadeiro líder revolucionário”.

### JOSÉ NERY

Segundo o senador José Nery (PSOL-PA), a homenagem que propôs busca honrar a memória de Che, “justamente num momento em que setores reacionários da imprensa brasileira fazem ataques virulentos e mentirosos contra a verdadeira história do jovem médico argentino que virou herói latino-americano”. Citando a historiadora Mariana Villaça, Nery afirmou que o exemplo do guerrilheiro encanta e apaixona a todos os povos. – Cada qual adaptou à sua maneira os ideais “guevaristas”. Sua presença no imaginário latino-americano se deve à força e à multiplicidade de representações: há muitos “Ches”: o mártir, o herói, o santo, o guerrilheiro, o irmão, etc. – disse Nery.

### MESQUITA JÚNIOR

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou a importância de Che Guevara para o continente. “Dedicou sua vida à causa da integração latino-americana, à causa da liberdade, à causa da democracia, à causa do povo latino-americano”, disse, ressaltando a coragem do guerrilheiro. “Sair de sua pátria, onde teria uma confortável vida burguesa, exige mais que coragem, entrega e devotamento. Pede desprendimento, desapego às circunstâncias materiais e dedicação a uma causa em que o erro e a vacilação são pagos com a vida”, afirmou.

### JOÃO PEDRO

Críticas à revista *Veja*, pela reportagem contra Ernesto Che Guevara, deram o tom do discurso do senador João Pedro (PT-AM). “*Veja* publicou matéria de uma estupidez, de uma agressão tão baixa que nós não poderíamos deixar de repudiar essa tentativa de desconstituir não só a história do Che, mas de desqualificar a luta da esquerda no Brasil e na América Latina”, afirmou. Para ele, “a luta de Che Guevara contra o imperialismo americano e as injustiças sociais continua; nem a revista *Veja* nem esses articulistas de última hora vão apagar, ferir, diminuir essa referência da juventude mundial, dos partidos de esquerda, dos grandes homens que lutaram em defesa da América do Sul”.

### PEDRO SIMON

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu, na sessão especial em homenagem a Che Guevara, a integração dos países latino-americanos e ressaltou o caráter de Che, que não teria se encantado com o poder alcançado em Cuba. “Não acho que o Che Guevara é um mito; acho que ele é uma grande figura. Parece piada, mas no Brasil, o PT chegou lá, o PMDB chegou lá, o PSDB chegou lá, mas nenhum dos três quando chegou no poder teve uma figura do Che, que largasse o governo e ficasse fiel a suas idéias”, afirmou o senador.

### EDUARDO SUPPLY

Na homenagem a Che Guevara, Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba. Ele lembrou que os canadenses, vizinhos dos Estados Unidos, têm uma política oposta ao bloqueio. O senador disse que o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com Cuba, por parte dos EUA, também é desejo de muitos cidadãos norte-americanos que gostariam de viajar a Cuba sem restrições. Da mesma forma, empresários norte-americanos gostariam de fazer negócios com o país da América Central.

### SIBÁ MACHADO

Sibá Machado (PT-AC) ressaltou o sucesso da revolução cubana, mesmo enfrentando o boicote econômico norte-americano. Para o senador, a experiência de Cuba tem servido para emprestar ao resto do mundo o que há de mais salutar – “a inteligência humana”, representada por diversos profissionais, com destaque da área de medicina. Sibá lembrou que a experiência brasileira com os médicos de família é um empréstimo à inovação de origem cubana. Ele observou ainda que o espírito revolucionário cubano de 1959 e de todos os outros registrados na História recente chamam a atenção dos povos em relação à tomada de uma posição diferente para enfrentar os problemas mundiais.

### INÁCIO ARRUDA

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a sessão de homenagem a Ernesto Che Guevara representa mais que uma atitude nostálgica, mas o reconhecimento da amplitude de idéias do homem que é símbolo na luta revolucionária pela soberania latino-americana. O senador lembrou ainda que Che, como ministro da Indústria de Cuba, planejava ver o país produzindo tecnologia de ponta e computadores. Ele disse também que Che foi inovador ao implantar em Cuba sistema semelhante ao orçamento participativo.

### SERYS SHLESSARENKO

Serys Shlessarenko (PT-MT) compareceu à sessão de homenagem a Che Guevara, mas, por ter de participar de reunião de comissão, entregou à Mesa pronunciamento sobre a “figura mundial que traduz todo o significado da luta pela igualdade e liberdade”. O texto da senadora destaca que, na primeira viagem de moto que Che fez pela América Latina, ele tomou consciência da miséria em que vivia a maior parte da população dos países da América do Sul e Central e decidiu que deveria lutar pela mudança desse estado de coisas. No México, em 1954, o líder conheceu e se juntou aos irmãos cubanos Fidel e Raul Castro, que queriam derrubar o governo ditatorial de Cuba.



## Romeu Tuma homenageia Força Aérea Brasileira no Dia do Aviador

Romeu Tuma (PTB-SP) homenageou a Força Aérea Brasileira (FAB), por ocasião do Dia do Aviador, comemorado ontem. Ele lembrou a campanha da FAB na Itália durante a 2ª Guerra Mundial, mas lamentou que a Força esteja passando por dificuldades devido à falta de

recursos do governo federal, “o que também ocorre com o Exército e a Marinha”.

– Não sei se a FAB está em festa hoje – disse.

O senador ressaltou a importância das Forças Armadas para as fronteiras brasileiras, para as populações indígenas e para a floresta amazônica.



**Tuma lamenta falta de recursos do governo federal para Força**

## Exedito repudia invasão do Exército a terreno em Rondônia

Exedito Júnior (PR-RO) repudiou a ação militar ocorrida em Rondônia, quando 120 soldados armados da 17ª Brigada de Infantaria de Selva ocuparam, na madrugada de domingo, um terreno em área nobre do centro de Porto Velho que o Exército afirma ter sido invadido pelo

governo do estado. Na área, o governador do estado, Ivo Cassol, promove, há dez anos, a construção do Teatro Estadual. O senador questionou a utilização de metralhadoras na ocasião.

– Era para atirar em quem? Nos artistas, no povo, no governador? – indagou.



**Exedito repudia invasão do Exército a terreno em Rondônia**

# Serys pede providências contra juiz que desrespeitou Lei Maria da Penha

Senadoras lamentam comentários de Edilson Rumbelsperger, que, ao proferir sentença sobre caso de agressão de homem a uma mulher em Sete Lagoas (MG), referiu-se à lei como “regras diabólicas”

Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestou sua indignação diante da afirmação do juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), que, ao proferir sentença relativa a acusação de agressão de um homem a uma mulher, disse que a Lei Maria da Penha, que pune com prisão o agressor, é inconstitucional e “um conjunto de regras diabólicas”.

A senadora convidou o presidente interino da Casa, Tião Viana, a ir a uma audiência com ela e outras parlamentares, e com a

presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, para discutir a decisão do juiz.

– Como um sujeito com esse pensamento chega ao cargo de juiz? – indagou.

Serys recordou que o juiz – utilizando-se de argumentos como “a mulher moderna, dita independente, nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser de espermatozoides” – recusou-se a punir homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras, tachando de inconstitucional uma

Lei Maria da Penha feria o “direito fundamental de igualdade entre homens e mulheres”. Serys salientou o esforço do governo em diminuir as desigualdades entre homens e mulheres – como a instituição de cotas que “indicam um reconhecimento às reivindicações das mulheres por maior participação no poder” – e o trabalho que vem sendo realizado pela ministra Nilcéa Freire à frente da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, citando o programas como o Mulher Ciência.



**Juiz considera inconstitucional lei aprovada no Congresso, diz Serys**

lei aprovada no Congresso.

A senadora lembrou que outro juiz de seu estado já tinha feito o mesmo, com base no argumento de que

## Ideli considera machistas os argumentos de juiz mineiro



**Ideli afirma que Lei Maria da Penha é uma conquista contra a violência**

A decisão do juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, contrária à Lei Maria da Penha, foi também condenada por Ideli Salvatti (PT-SC).

– A Lei Maria da Penha foi uma grande conquista para podermos coibir a violência contra os seres humanos no ambiente privado – disse a senadora,

que lamentou a utilização de um argumento de teor machista pelo juiz, ao culpar a mulher pela “desgraça humana no Éden” e ainda ter mencionado que “Jesus era homem”.

Ideli recordou que a lei recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem a uma mulher que ficou pa-

raplégica após sofrer uma tentativa de assassinato pelo marido.

O presidente interino da Casa, Tião Viana, sugeriu à líder petista que assinasse requerimento para convocar o juiz a prestar esclarecimentos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



**Marcelo Crivella propõe o Fundo de Estabilização Monetária**



**Sarney lembra que ex-ministro foi um articulador de sucesso**

## Sarney lamenta a morte de José Aparecido

José Sarney (PMDB-AP) lamentou a morte e reverenciou a memória do ex-ministro da Cultura, ex-governador do Distrito Federal e ex-embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, falecido na sexta-feira, em Belo Horizonte, aos 78 anos. Sarney associou-se ao voto de pesar por José Aparecido, encaminhado ontem por vários senadores.

– Era uma liderança, tinha grande capacidade de conviver. Cultivava amizades como se cultivava campos e jardins – comparou.

Sarney lembrou ainda que o ex-ministro foi um articulador de sucesso como secretário do ex-presidente Jânio Quadros e um político de trânsito livre nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart.

## Paim pede ajuda federal para cidades atingidas por granizo

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao governo federal que envie recursos para auxiliar a população de 20 municípios do sul do Rio Grande do Sul atingidos por uma tempestade de granizo no último dia 20.

O senador informou que a tempestade, que durou apenas cinco minutos, des-

truiu casas, celeiros e plantações na chamada Região das Missões. Segundo Paim, algumas cidades estão sem luz nem água, lavouras foram destruídas e várias famílias estão desabrigadas. Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou o ocorrido.



**Paim informa sobre a situação de alguns dos 20 municípios gaúchos**



**Suplicy: movimento acusa empresa multinacional de agronegócios**

## Suplicy lê nota da Via Campesina sobre conflito no Paraná

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem nota oficial da organização internacional Via Campesina, acerca do conflito ocorrido em 21 de outubro em Santa Tereza do Oeste (PR), que resultou na morte de um sem-terra. De acordo com o texto, o acampamento da Via Campesina foi atacado

por “uma milícia armada da Syngenta”, que executou, com tiros à queima roupa, um militante do movimento.

A Syngenta é uma empresa multinacional de agronegócios e é acusada pela Via Campesina de realizar experimentos transgênicos ilegais no Paraná.